

Demonstrações Financeiras

Ibirité Iluminação Pública S.A.

31 de dezembro de 2025
com Relatório do Auditor Independente

Ibirité Iluminação Pública S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balço patrimonial.....	4
Demonstração do resultado	6
Demonstração do resultado abrangente	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstração dos fluxos de caixa.....	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



**Shape the future
with confidence**

Edifício Statement
Avenida do Contorno, 5.800
16º e 17º andares - Savassi
30110-042 - Belo Horizonte - MG - Brasil
Tel: +55 31 3232-2100
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Diretoria da
Ibirité Iluminação Pública S.A.
Ibirité - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Ibirité Iluminação Pública S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.



**Shape the future
with confidence**

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



**Shape the future
with confidence**

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte (MG), 10 de março de 2026.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-015199/O

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Daniel Cruz Arantes Campos', is written over a faint, circular blue stamp.

Daniel Cruz Arantes Campos
Contador CRC MG-091263/O



Ibirité Iluminação Pública S.A.

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	591	945
Contas a receber	4	417	396
Contas a receber - Ativo financeiro da concessão	5	761	722
Estoques	6	216	139
Impostos a recuperar		2	1
Outros ativos		21	43
		2.008	2.246
Ativo não circulante			
Contas a receber - Ativo financeiro da concessão	5	6.901	7.153
Ativo de direito de uso	9	94	151
Imobilizado	8	12	14
Intangível	8	592	622
		7.599	7.940
Total do ativo		9.607	10.186



	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Passivo circulante			
Fornecedores	10	133	76
Obrigações trabalhistas	11	65	64
Obrigações tributárias	12	31	27
Imposto de renda e contribuição social a pagar	17.a	32	29
Dividendos a pagar	7	595	465
Passivo de arrendamento	9	69	69
		925	730
Passivo não circulante			
Obrigações tributárias	12	242	228
Imposto de renda e contribuição social com diferimento	17.a	291	314
Passivo de arrendamento	9	34	85
		567	627
Patrimônio líquido			
Capital social	13.a	4.500	4.500
Reservas de lucros	13.b	3.615	4.329
		8.115	8.829
Total do passivo e patrimônio líquido		9.607	10.186

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Ibirité Iluminação Pública S.A.

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Receita operacional líquida	14	5.261	4.943
Custo dos serviços prestados	15	(1.176)	(1.964)
Lucro bruto		4.085	2.979
Despesas gerais e administrativas	15	(480)	(404)
Outras receitas e despesas operacionais, líquidas		30	14
Resultado antes do resultado financeiro e dos impostos		3.635	2.589
Receitas financeiras		138	71
Despesas financeiras		(28)	(136)
Resultado financeiro, líquido	16	110	(65)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		3.745	2.524
Imposto de renda e contribuição social corrente	17	(629)	(567)
Lucro líquido do exercício		3.116	1.957

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Ibirité Iluminação Pública S.A.

Demonstração do resultado abrangente
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
 (Em milhares de reais)

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Lucro líquido do exercício	3.116	1.957
Outros componentes do resultado abrangente	-	-
Resultado abrangente do exercício	<u>3.116</u>	<u>1.957</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Ibirité Iluminação Pública S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Reservas de lucros			Resultado do exercício	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros retidos		
Saldos em 31 de dezembro de 2023	4.500	177	2.660	-	7.337
Resultado do exercício	-	-	-	1.957	1.957
Constituição de reserva legal	-	98	-	(98)	-
Dividendos mínimos obrigatórios propostos	-	-	-	(465)	(465)
Destinação para reserva de lucros retidos	-	-	1.394	(1.394)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	4.500	275	4.054	-	8.829
Resultado do exercício	-	-	-	3.116	3.116
Constituição de reserva legal	-	156	-	(156)	-
Dividendos mínimos obrigatórios propostos	-	-	-	(740)	(740)
Destinação para reserva de lucros retidos	-	-	2.220	(2.220)	-
Dividendos adicionais pagos	-	-	(3.090)	-	(3.090)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	4.500	431	3.184	-	8.115

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Ibirité Iluminação Pública S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		3.745	2.524
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades pelas atividades operacionais			
Depreciação e amortização	8	33	37
Depreciação do ativo de direito de uso	9	57	55
Atualização monetária ativo financeiro de concessão	5	268	276
Juros provisionados sobre empréstimos		-	107
Juros sobre arrendamento	9	18	11
		4.121	3.010
Redução/ (aumento) dos ativos operacionais			
Contas a receber	4	(21)	(17)
Contas a receber - ativo financeiro da concessão	5	(55)	(19)
Estoques	6	(77)	10
Impostos a recuperar		(1)	-
Outros ativos		22	(26)
Aumento/ (redução) dos passivos operacionais			
Fornecedores	10	57	8
Obrigações trabalhistas	11	1	17
Obrigações tributárias	12	18	(57)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(649)	(526)
Juros pagos sobre empréstimos		-	(70)
Juros pagos sobre arrendamento	9	(18)	(7)
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		3.398	2.323
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado	8	(1)	(4)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento		(1)	(4)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Pagamento de principal de empréstimos		-	(1.612)
Pagamento de principal de passivo de arrendamento	9	(51)	(55)
Dividendos pagos		(3.700)	(380)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(3.751)	(2.047)
Redução/ (aumento) líquida de caixa e equivalentes de caixa		(354)	272
Caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício	3	945	673
No final do exercício	3	591	945
(Redução)/ aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		(354)	272

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Ibirité Iluminação Pública S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Ibirité Iluminação Pública S.A. (“Companhia” ou “Ibirité IP”), sociedade por ações de capital fechado, com sede localizada à Avenida São Paulo, nº 1.029, Bairro Vila Pinheiros, cidade de Ibirité, Estado de Minas Gerais, constituída em 01 de junho de 2020 e com registro na Junta Comercial do estado de Minas Gerais (JUCEMG) em 10 de junho de 2020, é uma sociedade de propósito específico, tendo como objeto social a prestação dos serviços de Iluminação Pública no Município de Ibirité, incluindo a modernização, eficientização, operação e manutenção da infraestrutura da Rede Municipal de Iluminação Pública, conforme estabelecido no Edital de Licitação no 007/2019 (“Contrato”), assinado em 18 de junho de 2020, entre a Prefeitura de Ibirité por intermédio da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Serviços Urbanos (“Poder Concedente”) e a Companhia.

O prazo da concessão é de 25 anos contados a partir da eficácia do Contrato, cabendo à Ibirité IP, durante esse período, a prestação dos serviços relacionados à rede de Iluminação Pública, conforme parâmetros estabelecidos no Contrato. A remuneração pelo Poder Concedente à Ibirité IP pelos serviços prestados ocorre através do pagamento das contraprestações mensais. Os pagamentos dos valores devidos à Concessionária são realizados e assegurados por meio dos recursos provenientes da arrecadação da Contribuição de Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - CCIP, instituída pela Lei Complementar nº 74 de 18/12/2007 do município de Ibirité/MG. Durante o prazo do Contrato, ocorre a vinculação a favor da Concessionária dos recursos oriundos da CCIP, e os ativos de Iluminação Pública, de propriedade do Município, são cedidos à Concessionária, tendo a Ibirité IP o direito a explorar e utilizar os ativos de acordo com as previsões contratuais. Ao término da Concessão, os ativos retornam para o Poder Concedente.

A Concessão encontra-se na Subfase III - Operação Plena tendo em vista a conclusão e aprovação da modernização e eficientização da rede municipal de iluminação pública pelo Poder Concedente em 07 de março de 2022.

O parque de iluminação pública municipal administrado pela Companhia possui mais de 14 mil luminárias com tecnologia LED. O sistema de iluminação pública está operando plenamente, em completo atendimento às normas técnicas do setor e com avaliações satisfatórias em todos os indicadores do Sistema de Mensuração de Desempenho.

A Companhia possui gestão de risco do projeto de forma a monitorar alterações ou mudanças relevantes no plano de negócios.



Ibirité Iluminação Pública S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto operacional--Continuação

a) Reforma tributária sobre consumo

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional (“EC”) no 132, que estabelece a Reforma Tributária (“Reforma”) sobre o consumo. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido (“IVA dual”) em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS), que substituirá o PIS e a COFINS, e uma sub-nacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá o ICMS e o ISS. Foi também criado um Imposto Seletivo (“IS”) - de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de lei complementar.

Em 17 de dezembro de 2024, foi concluída a aprovação pelo Congresso Nacional, do projeto de lei complementar (“PLP”) 68/2024, que regulamentou parte da Reforma Tributária, posteriormente sancionada pela presidência da República em 16 de janeiro de 2025, pela Lei Complementar (“LC”) 214/2025.

Em 22 de dezembro de 2025, foi concluída a aprovação pelo Congresso Nacional, do projeto de lei complementar (“PLP”) 108/2024, com sanção pela Presidência da República, em 13 de janeiro de 2026, na Lei Complementar (“LC”) 227, onde foi instituído o Comitê Gestor do IBS, dentre outras disposições tributárias.

Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários - antigo e novo - coexistirão. A companhia implementou as ações necessária para atendimento às obrigações acessórias previstas para o ano de 2026. Os demais impactos da Reforma, nas atividades e na apuração dos novos tributos, serão plenamente determinados na evolução do processo de regulamentação das legislações mencionadas anteriormente. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025.

2. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais políticas contábeis

2.1. Base de preparação das demonstrações financeiras

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a legislação societária brasileira e os pronunciamentos contábeis do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”).



Ibirité Iluminação Pública S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.1. Base de preparação das demonstrações financeiras--Continuação

Declaração de conformidade--Continuação

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07 (R1), na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma, todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto em caso de certos instrumentos financeiros que são mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos na data da transação.

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas e resumidas a seguir ou nas notas explicativas da respectiva rubrica. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente no período apresentado, salvo disposição em contrário.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa 2.3. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela diretoria da Companhia em 10 de março de 2026.

Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em R\$ (Real), que é a moeda funcional da Companhia, e, também, a moeda de apresentação.



Ibirité Iluminação Pública S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.1. Base de preparação das demonstrações financeiras--Continuação

Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2025 (exceto quando indicado de outra forma). O Grupo decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

- a) *Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade*

Para os períodos anuais de reporte com início em ou após 1º de janeiro de 2025, O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos CPC 27, que contempla alterações trazidas pelo Lack of Exchangeability emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.

Esta mudança especifica como uma entidade deve avaliar se uma moeda é conversível e como deve determinar a taxa de câmbio à vista quando não houver convertibilidade.

As alterações estabelecem como uma entidade deve avaliar se uma moeda é conversível e como determinar a taxa de câmbio à vista quando não há convertibilidade. Além disso as alterações também exigem a divulgação de informação que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreenderem o impacto da falta de conversibilidade no desempenho, posição financeira e fluxos de caixa da companhia.

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.



Ibirité Iluminação Pública S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.1. Base de preparação das demonstrações financeiras--Continuação

Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025--Continuação

- b) *Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial*

Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB.

A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 incorpora a possibilidade de aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para mensurar investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, seguindo a recente alteração das normas internacionais, que passaram a permitir essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência alinha as práticas contábeis brasileiras aos padrões internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma anteriormente vigente, limitando-se a ajustes de redação e atualização de referências normativas.

As alterações vigoram para os períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025 e não tiveram impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.

Normas emitidas, mas que ainda não estão em vigor

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.



Ibirité Iluminação Pública S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.1. Base de preparação das demonstrações financeiras--Continuação

Normas emitidas, mas que ainda não estão em vigor--Continuação

a) *IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras*

Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras). O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas.

A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas “funções” identificadas das demonstrações financeiras primárias (primary financial statements (PFS)) e das notas explicativas.

Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de “lucro ou prejuízo do período” para “lucro ou prejuízo operacional” e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões.

O IFRS 18 e as alterações nas outras normas entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente.

A Companhia está atualmente avaliando o impacto que as alterações terão na prática atual e sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.



Ibirité Iluminação Pública S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.1. Base de preparação das demonstrações financeiras--Continuação

Normas emitidas, mas que ainda não estão em vigor--Continuação

a) *IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras--Continuação*

No Brasil, o CPC 26 será substituído pelo CPC 51 - Apresentação e Divulgação em Demonstrações Contábeis (equivalente à IFRS 18), atualmente o CPC e suas entidades congregateadas estão ainda em processo de discussão dos eventuais conflitos do CPC 51 com a legislação societária vigente. Embora ainda as discussões não tenham encerrado, não se espera alterações substanciais na atual legislação.

b) *IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações*

Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS.

O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida.

A Companhia está atualmente avaliando o impacto que as alterações terão na prática atual e sobre as demonstrações financeiras.

c) *Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros*

Em maio de 2024, o International Accounting Standards Board (IASB) emitiu as alterações à IFRS 9 and IFRS 7 - Amendments to the Classification and Measurement of Financial Instruments (Alterações na Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros), que introduzem modificações relevantes aos requisitos de classificação, mensuração e divulgação de instrumentos financeiros. Em convergência com essas alterações, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá incorporar as mudanças por meio de futuras revisões dos pronunciamentos CPC 48 - Instrumentos Financeiros e CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação.



Ibirité Iluminação Pública S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.1. Base de preparação das demonstrações financeiras--Continuação

Normas emitidas, mas que ainda não estão em vigor--Continuação

c) *Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros--Continuação*

As principais alterações incluem:

- Esclarecimento de que a baixa de um passivo financeiro ocorre na “data de liquidação”, além da introdução de uma opção de política contábil que permite dar baixa em passivos liquidados por meio de sistemas eletrônicos de pagamento antes dessa data, desde que atendidos requisitos específicos;
- Orientação adicional sobre a avaliação dos fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros que possuam características relacionadas a fatores ambientais, sociais e de governança corporativa (ESG) ou semelhantes;
- Esclarecimentos sobre o conceito de “características sem direito de regresso” e sobre as funcionalidades dos instrumentos contratualmente vinculados;
- Introdução de novos requisitos de divulgação para instrumentos financeiros que dependam de eventos contingentes, bem como ampliações das exigências de divulgação para instrumentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (OCI).

As alterações são aplicáveis para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a adoção antecipada apenas para a classificação de ativos financeiros e as divulgações relacionadas.

A Companhia não antecipa que essas alterações terão impacto material sobre suas demonstrações financeiras, mas continuará acompanhando a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC 40 (R1) e avaliará a necessidade de atualização de suas políticas contábeis quando as revisões forem formalmente emitidas pelo CPC.



Ibirité Iluminação Pública S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.1. Base de preparação das demonstrações financeiras--Continuação

Normas emitidas, mas que ainda não estão em vigor--Continuação

d) *Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS - Volume 11*

Em julho de 2024, o IASB emitiu nove alterações de escopo limitado como parte da sua manutenção periódica das Normas Contábeis IFRS. As alterações incluem esclarecimentos, simplificações, correções ou modificações destinadas a melhorar a consistência das seguintes normas: IFRS 1 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (equivalente ao CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade), IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgação (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação) e sua Orientação para Implementação da IFRS 7, IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (equivalente ao CPC 48 - Instrumentos Financeiros), IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas (equivalente ao CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas) e IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa).

Em convergência com essas atualizações, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá refletir tais mudanças em futuras revisões dos seguintes pronunciamentos técnicos correspondentes.

As alterações terão efeito para os períodos de reporte com início em ou após 1º de janeiro de 2026. É permitida a adoção antecipada, que deve ser divulgada. A Companhia está atualmente avaliando o impacto que as alterações terão sobre as demonstrações financeiras.

e) *Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Contratos Referenciando a Eletricidade Dependente de Condições Naturais*

Em dezembro de 2024, o IASB emitiu as Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Contratos Referenciando a Eletricidade Dependente de Condições Naturais. As alterações se aplicam apenas a contratos que façam referência à eletricidade dependente de fatores naturais e:



Ibirité Iluminação Pública S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.1. Base de preparação das demonstrações financeiras--Continuação

Normas emitidas, mas que ainda não estão em vigor--Continuação

e) *Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Contratos Referenciando a Eletricidade Dependente de Condições Naturais--Continuação*

- Esclarecem a aplicação dos requisitos de “uso próprio” para os contratos abrangidos;
- Alteram os requisitos de designação de um item objeto de hedge em uma relação de
- hedge de fluxo de caixa para os contratos abrangidos;
- Adicionam novos requisitos de divulgação para permitir que os investidores compreendam o efeito desses contratos sobre o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade.

As alterações entram em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026. É permitida a adoção antecipada, desde que divulgada. As alterações relacionadas à exceção de uso próprio devem ser aplicadas retrospectivamente, enquanto as alterações relativas à contabilidade de hedge devem ser aplicadas prospectivamente às novas relações de hedge designadas a partir da data inicial de aplicação. Além disso, as alterações de divulgação da IFRS 7 devem ser implementadas em conjunto com as alterações da IFRS 9. Caso a entidade não rerepresente as demonstrações financeiras comparativas, não poderá apresentar divulgações comparativas.

Em convergência com as normas internacionais, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá incorporar essas modificações por meio de futuras revisões do CPC 48 - Instrumentos Financeiros e do CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação.

A Companhia não espera que essas alterações tenham impacto material sobre suas demonstrações financeiras, mas continuará acompanhando a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC 40 (R1) e avaliará a necessidade de atualização de suas políticas contábeis quando as revisões forem formalmente emitidas pelo CPC.



Ibirité Iluminação Pública S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.2. Principais práticas contábeis

a) Contrato de Concessão

A ICPC 01 (R1) e a OCPC 05 - Contratos de Concessão estabelecem diretrizes gerais para o reconhecimento e mensuração das obrigações e direitos relacionados em contratos de concessão e são aplicáveis para situações em que o Poder Concedente controle ou regulamente quais serviços o concessionário deve prestar com a infraestrutura, a quem os serviços devem ser prestados e por qual preço, e controle qualquer participação residual significativa na infraestrutura ao final do prazo da concessão. O valor do ativo financeiro da concessão é determinado com base em seu valor justo, conforme estabelecido pelo contrato de concessão. A prestação de serviços de manutenção e modernização é registrada de acordo com o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, como contrapartida de recebíveis.

As receitas da Companhia, reconhecidas como receita operacional líquida, são:

Receita de construção

Refere-se aos serviços de modernização, ampliação, desenvolvimento e eficientização energética da rede de iluminação pública de Ibirité/MG. O reconhecimento e contabilização das receitas de construção ocorre à medida que os custos são incorridos com a aplicação da margem prevista no plano de negócios da Companhia.

Receita de operação e manutenção

Refere-se aos serviços de operação e manutenção, visando a ações corretivas nas instalações e elementos das unidades de iluminação pública de Ibirité/MG. A receita de operação e manutenção é apurada pela aplicação do percentual, previsto no plano de negócios, sobre o valor da contraprestação mensal. Sua mensuração ocorre de acordo com os aspectos previstos no contrato de concessão e à medida que é provável que a Companhia obterá os benefícios econômicos previstos no contrato.

Receita do bônus da conta de energia

Refere-se ao bônus decorrente da eficiência energética obtida pelos serviços de modernização previstos no Contrato de Concessão 007/2019, que prevê um bônus sobre Conta de Energia (BCE), que a concessionária terá direito se atendidos os requisitos previstos no contrato.



Ibirité Iluminação Pública S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.2. Principais práticas contábeis--Continuação

b) Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial quando a Companhia for parte das disposições contratuais dos instrumentos.

Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Para fins de mensuração subsequente ativos financeiros são classificados como: i) ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); ii) ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida); iii) ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e iv) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, conforme a situação. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão desses ativos financeiros.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber e outros ativos.



Ibirité Iluminação Pública S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.2. Principais práticas contábeis--Continuação

b) Instrumentos financeiros--Continuação

Ativos financeiros

Os ativos financeiros que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado: i) o ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros, a fim de coletar fluxos de caixa contratuais; e ii) os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente aos pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto (também referido como teste de "SPPI").

Em geral, os demais ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros detidos atualmente pela Companhia atualmente são reconhecidos do subsequentemente na sua totalidade ao custo amortizado.

i) Custo amortizado e método da taxa de juros efetiva

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. O método da taxa de juros efetiva é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções), excluindo perdas de crédito esperadas, durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil bruto do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial.



Ibirité Iluminação Pública S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.2. Principais práticas contábeis--Continuação

b) Instrumentos financeiros--Continuação

Ativos financeiros--Continuação

ii) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando: i) os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou ii) a Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Estão apresentadas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, acrescidos de atualização monetária ou variação cambial, quando aplicável, e segregados entre curto e longo prazos de acordo com o vencimento.

Quando julgado necessário pela Administração, é registrada a provisão estimada para créditos de liquidação de duvidosa, que é constituída com base na análise da perda esperada das contas a receber e em montante considerado suficiente para cobrir prováveis perdas, quando de sua realização.



Ibirité Iluminação Pública S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.2. Principais práticas contábeis--Continuação

b) Instrumentos financeiros--Continuação

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado.

Passivos financeiros subsequentemente mensurados ao custo amortizado

Esta é a categoria mais relevante para a Companhia e representa passivos financeiros que não sejam (i) contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, (ii) mantidos para negociação, ou (iii) designados ao valor justo por meio do resultado, são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método de taxa de juros efetiva. Os passivos financeiros mensurados ao custo amortizado são reconhecidos, inicialmente, pelo seu valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos de transação) e o valor de liquidação, é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método de taxa de juros efetiva. Os custos de obtenção da dívida que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos-futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos dos financiamentos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

O método da taxa de juros efetiva é um método para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro, e para alocar as despesas de juros durante o período correspondente. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos de caixas futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos de transação e outros prêmios ou deduções), durante a vida estimada do passivo financeiro ou (quando apropriado) durante um período menor, para o custo amortizado do passivo financeiro.



Ibirité Iluminação Pública S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.2. Principais práticas contábeis--Continuação

b) Instrumentos financeiros--Continuação

Passivos financeiros--Continuação

Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial individual se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da Companhia ou da contraparte.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou para outras finalidades. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa, estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, normalmente, um investimento se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, resgatáveis até 90 (noventa) dias, a contar da data da contratação.

d) Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição e o valor realizável, líquido dos impostos compensáveis, e inclui gastos incorridos na aquisição de estoque e outros custos incorridos de transporte.

e) Imobilizado

O ativo imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido dos impostos compensáveis, quando aplicável, e da depreciação acumulada. A Companhia utiliza o método de depreciação linear definida de acordo com as taxas descritas na nota explicativa 8 e consideradas pela Administração como a melhor estimativa de vida útil dos bens.



Ibirité Iluminação Pública S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.2. Principais práticas contábeis--Continuação

e) Imobilizado--Continuação

Os gastos com manutenção dos ativos da Companhia são alocados diretamente ao resultado do exercício, conforme são efetivamente realizados. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico-futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

f) Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo de aquisição no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável, quando for o caso. A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida e é amortizada ao longo da vida útil-econômica e avaliada em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. Tratamento específico relativo à ativo intangível oriundo do contrato de concessão encontra-se descrito na nota explicativa 8.

g) Arrendamentos

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2).

A Companhia avalia que os contratos com prazo inferior a doze meses e os contratos que envolvam o uso de ativos imateriais e de baixo valor não contém um arrendamento.



Ibirité Iluminação Pública S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.2. Principais práticas contábeis--Continuação

g) Arrendamentos--Continuação

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de incremental definida da Companhia.

h) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

A Companhia analisa anualmente se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado (redução ao valor recuperável dos ativos). Caso estas evidências estejam presentes, estima-se o valor recuperável do ativo. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre: (a) seu valor justo menos custos que seriam incorridos para vendê-lo; (b) seu valor de uso. O valor em uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa) derivados do uso contínuo do ativo.



Ibirité Iluminação Pública S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.2. Principais práticas contábeis--Continuação

h) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)--Continuação

Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, reconhece-se a redução (provisão) do saldo contábil deste ativo ("impairment"). Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente - Unidades Geradoras de Caixa - UGCs. As perdas por redução ao valor recuperável em bens do imobilizado e ativos intangíveis poderão ser revertidas em períodos futuros, desde que o valor contábil aumentado do ativo atribuível à reversão não exceda o valor contábil que teria sido determinado, líquido de depreciação ou amortização, caso não houvesse perda de valor recuperável reconhecida para os ativos nos anos anteriores. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não identificou indicativos de impairment para os ativos não financeiros.

i) Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

j) Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tiver uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado; for provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação; e uma estimativa confiável do valor da obrigação puder ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.



Ibirité Iluminação Pública S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.2. Principais práticas contábeis--Continuação

j) Provisões--Continuação

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

k) Tributos

Tributos sobre o lucro - correntes e diferidos

A provisão para tributos sobre a renda está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.

A provisão para imposto sobre a renda é calculada com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício, e o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido da Companhia são calculados da seguinte forma:

- Imposto de renda da pessoa jurídica: à alíquota de 15%, acrescida da alíquota de 10% para o montante de lucro tributável que exceder o valor de R\$240.
- Contribuição social sobre o lucro líquido: à alíquota de 9% do lucro tributável.

A despesa de imposto de renda e contribuição social correntes é calculada com base nas leis e nos normativos tributários promulgados na data de encerramento do exercício, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros.



Ibirité Iluminação Pública S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.2. Principais práticas contábeis--Continuação

k) Tributos--Continuação

Tributos sobre serviços

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto: i) quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; e ii) o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

l) Classificação de ativos e passivos em circulante e não circulante

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional;
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado;
- Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e
- É caixa ou equivalente de caixa, a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes.

Um passivo é classificado não circulante quando:

- Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade;
- Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e
- A Companhia não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.



Ibirité Iluminação Pública S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.2. Principais práticas contábeis--Continuação

l) Classificação de ativos e passivos em circulante e não circulante--Continuação

Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

m) Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: i) no mercado principal para o ativo ou passivo; e ii) na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia.

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico.

2.3. Principais julgamentos e estimativas contábeis

Na aplicação das práticas contábeis descritas na nota explicativa 2.2, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos, para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas esse período ou períodos posteriores, caso a revisão afete tanto o período presente como períodos futuros.



Ibirité Iluminação Pública S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.3. Principais julgamentos e estimativas contábeis--Continuação

A seguir são apresentados os principais julgamentos e estimativas contábeis:

a) Contabilização do contrato da concessão

Na contabilização dos contratos de concessão, conforme determinado pela Interpretação Técnica do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - ICPC 01, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicação da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo financeiro e avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos financeiros gerados nos contratos de concessão.

b) Vida útil dos bens do imobilizado e intangível

Conforme descrito na nota explicativa 8, a Administração da Companhia realiza anualmente a revisão da vida útil estimada, valor residual e método de depreciação dos bens do imobilizado.

c) Redução a valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou UGC excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar.

d) Impostos diferidos

Impostos diferidos são gerados: (i) por prejuízo fiscal na data do balanço; ou (ii) adições e exclusões temporárias.

O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.



Ibirité Iluminação Pública S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.3. Principais julgamentos e estimativas contábeis--Continuação

e) Provisão para demandas judiciais

A Companhia, com apoio de sua assessoria jurídica realiza o acompanhamento dos processos administrativos e judiciais que ela é parte e realiza a contabilização das estimativas prováveis de desembolso periodicamente e indica em suas notas explicativas as contingências que tenham possível desembolso.

3. Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras.

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Caixa e bancos	2	1
Aplicações financeiras	589	944
Total	591	945

As aplicações financeiras estão registradas pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data dos balanços. Referem-se a recursos aplicados em CDB (Certificado de Depósito Bancário), com vencimento de um dia a três meses e possuem remuneração média de 100,11% do CDI em 2025 (97,43% em 2024). Podem ser resgatadas imediatamente sem penalidade de juros e estão sujeitas a risco insignificativo de mudança de valor.

4. Contas a receber

O contas a receber é composto por serviços que foram prestados até 31 de dezembro de 2025 e não foram ainda faturados. A Companhia não possui saldos a receber vencidos.

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Serviços a faturar	417	396
Total	417	396



Ibirité Iluminação Pública S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

4. Contas a receber--Continuação

A Administração avaliou o risco de crédito dos clientes e considerando as evidências e inexistência histórica de perda, avaliou que não se faz necessário a constituição de provisão para perda esperada de crédito. A Companhia fatura mensalmente a contraprestação prevista no contrato de concessão firmado, onde 87% do valor faturado refere-se aos serviços de manutenção do ativo financeiro, e 13% referem-se à amortização do ativo financeiro constituído. Tais percentuais foram consistentemente aplicados durante o exercício de 2025 e 2024.

5. Ativo financeiro da concessão

a) Movimentação do Ativo financeiro da concessão

Saldo em 31/12/2023	8.132
Constituição / custo de construção	159
Atualização do ativo financeiro	276
Recebimento	(692)
Saldo em 31/12/2024	<u>7.875</u>
Constituição / custo de construção	244
Atualização do ativo financeiro	268
Recebimento	(725)
Saldo em 31/12/2025	<u>7.662</u>

b) Segregação - circulante e não circulante

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Circulante	761	722
Não circulante	6.901	7.153
Total	<u>7.662</u>	<u>7.875</u>

c) Projeção de realização do saldo não circulante

	<u>Valor</u>
2027	802
2028	846
2029 em diante	5.253
Total	<u>6.901</u>

O saldo refere-se ao ativo contratual correspondente ao direito de receber recursos através de contraprestações mensais estabelecidos no contrato de concessão de modernização da rede de iluminação pública do município de Ibirité.



Ibirité Iluminação Pública S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

5. Ativo financeiro da concessão--Continuação

c) Projeção de realização do saldo não circulante--Continuação

A Companhia adota a taxa de 3,5% a.a. para a remuneração do ativo em razão dos critérios de correção e ajustes da contraprestação previstos no contrato de concessão.

6. Estoques

O valor dos estoques da Companhia é relativo aos insumos e materiais utilizados na modernização, operação e manutenção do objeto do contrato de concessão.

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Materiais aplicados na prestação de serviços	216	139
Total	216	139

Durante o exercício de 2025, a Companhia avaliou seus estoques e concluiu não haver necessidade de constituição de provisão para perdas por redução ao valor recuperável ou obsolescência.

7. Transações com partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os valores a pagar pela Companhia às suas partes relacionadas se referem a dividendos a pagar, demonstrados da seguinte forma:

<u>Passivo circulante</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Dividendos a pagar		
Construtora Remo S.A.	198	155
BMPI Infra S.A.	397	310
	595	465

O valor dos custos das transações ocorridas em 2025 e 2024 entre a Companhia e partes relacionadas, referentes a prestação de serviços, são demonstrados da seguinte forma:

<u>Resultado</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Serviços tomados		
Construtora Remo S.A.	-	990
	-	990



Ibirité Iluminação Pública S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

7. Transações com partes relacionadas--Continuação

a) Remuneração da Administração da Companhia

A remuneração paga aos diretores da Companhia foi de R\$78 em 2025 (R\$76 em 2024).

8. Imobilizado e intangível

a) Composição do ativo imobilizado e intangível

Imobilizado	Taxa depreciação a.a.	31/12/2025	31/12/2024
Custo			
Veículos	10%	15	15
Móveis e utensílios	10%	11	11
Equipamentos de informática	20%	17	16
Total		43	42
Depreciação acumulada		(31)	(28)
Imobilizado líquido		12	14
Intangível	Taxa amortização a.a.	31/12/2025	31/12/2024
Custo			
Projetos de desenvolvimento de concessão (a)	4%	754	754
Total		754	754
Amortização acumulada		(162)	(132)
Intangível líquido		592	622

(a) Para atender aos objetivos do edital de licitação nº 007/2019 ("Contrato") e do plano de operacionalização da concessionária, a Companhia incorreu em gastos relacionados a estudos e projetos, sendo os principais referentes a:

- Estudos sobre o parque de Iluminação Pública de Ibirité.
- Realização do Mapeamento da Rede Exclusiva de Iluminação Pública.



Ibirité Iluminação Pública S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

8. Imobilizado e intangível--Continuação

b) Movimentações do ativo imobilizado

Imobilizado	31/12/2024	Adições	31/12/2025
Custo			
Veículos	15	-	15
Móveis e utensílios	11	-	11
Equipamentos de informática	16	1	17
Subtotal	42	1	43
Depreciação			
Veículos	(15)	-	(15)
Móveis e utensílios	(4)	(1)	(5)
Equipamentos de informática	(9)	(2)	(11)
Subtotal	(28)	(3)	(31)
Total imobilizado líquido	14	(2)	12
Imobilizado	31/12/2023	Adições	31/12/2024
Veículos	15	-	15
Móveis e utensílios	7	4	11
Equipamentos de informática	16	-	16
Subtotal	38	4	42
Depreciação			
Veículos	(12)	(3)	(15)
Móveis e utensílios	(3)	(1)	(4)
Equipamentos de informática	(6)	(3)	(9)
Subtotal	(21)	(7)	(28)
Total imobilizado líquido	17	(3)	14

c) Movimentações do ativo intangível

Intangível	31/12/2024	Adições	31/12/2025
Custo			
Projetos de desenvolvimento de concessão	754	-	754
Subtotal	754	-	754
Amortização			
Projetos de desenvolvimento da concessão	(132)	(30)	(162)
Total intangível líquido	622	(30)	592



Ibirité Iluminação Pública S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

8. Imobilizado e intangível--Continuação

c) Movimentações do ativo intangível--Continuação

Intangível	31/12/2023	Adições	31/12/2024
Custo			
Projetos de desenvolvimento de concessão	754	-	754
Subtotal	754	-	754
Amortização			
Projetos de desenvolvimento da concessão	(102)	(30)	(132)
Total intangível líquido	652	(30)	622

Testes de valor recuperável do ativo imobilizado e intangível

A Companhia realizou ao final do exercício a avaliação sobre a existência de indicadores sobre o risco de não recuperabilidade do ativo imobilizado e intangível. A Administração concluiu que não havia tais indicadores ao final do exercício e portanto, que os ativos são recuperáveis em 31 de dezembro de 2025.

9. Arrendamentos

(a) A composição do ativo de direito de uso da Companhia está demonstrada a seguir:

Classe de ativo	31/12/2025	31/12/2024
Imóveis	367	367
(-) Amortização acumulada	(273)	(216)
Total	94	151

A seguir, é demonstrada a movimentação do ativo de direito de uso no exercício:

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	151	35
Adições	-	170
Amortização do exercício	(57)	(54)
	94	151

O direito de uso é depreciado linearmente pelo prazo do arrendamento, que são de 36 meses.



Ibirité Iluminação Pública S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

9. Arrendamentos--Continuação

(b) A movimentação do passivo de arrendamento está demonstrada da seguinte forma:

	Passivo de arrendamento	
Saldo em 31/12/2023		35
Adições		170
Juros sobre arrendamento		11
Juros pagos		(7)
Amortizações de principal		(55)
Saldo em 31/12/2024		154
Juros sobre arrendamento		18
Juros pagos		(18)
Amortizações de principal		(51)
Total em 31/12/2025		103
	31/12/2025	31/12/2024
Passivo de arrendamento - Circulante	69	69
Passivo de arrendamento - Não circulante	34	85
Total	103	154

A Companhia possui arrendamentos relativo a imóveis para uso na operação. Os passivos de arrendamento são garantidos pelos ativos relacionados. Os futuros pagamentos são os seguintes:

	R\$
2026	69
2027	34
	103

Taxa de desconto

A taxa média utilizada em 2025 foi de 14,5% a.a. (14,5% a.a. em 2024).

Pagamentos de aluguéis não reconhecidos como passivo

Conforme política e norma contábil vigente, a Companhia não aplica os requerimentos do CPC 06 - Arrendamentos para os arrendamentos de curto prazo (arrendamentos com prazo esperado de 12 meses ou menos) e para arrendamento de ativos cujos pagamentos são de baixo valor (inferior a R\$5 ao mês). Os pagamentos efetuados decorrentes de tais contratos são lançados no resultado do exercício, de forma linear, e totalizaram R\$239 em 2025 (R\$212 em 2024).



Ibirité Iluminação Pública S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

10. Fornecedores

	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores	133	76
Total	133	76
Faixa de vencimento		
	31/12/2025	31/12/2024
Vencidos	-	5
A vencer em até 30 dias	108	71
A vencer de 31 a 60 dias	10	-
A vencer de 61 a 90 dias	8	-
A vencer a mais de 90 dias	7	-
Total	133	76

11. Obrigações trabalhistas

	31/12/2025	31/12/2024
Salários a pagar	20	21
INSS a pagar	10	8
FGTS a pagar	2	2
Provisão de férias	33	33
	65	64

12. Obrigações tributárias

	31/12/2025	31/12/2024
COFINS a recolher (a)	88	71
PIS a recolher (a)	19	16
ISS a recolher	162	165
Impostos retidos a recolher	4	3
Total	273	255
Circulante	31	27
Não circulante	242	228
Total	273	255

(a) Os tributos a pagar de PIS e COFINS são relativos à receita de serviços e receita do ativo financeiro da concessão. Os valores relativos à receita do ativo financeiro da concessão são pagos na proporção do recebimento do ativo financeiro.



Ibirité Iluminação Pública S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

13. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social é de R\$4.500, dividido em 4.500.000 (quatro milhões e quinhentas mil) ações, todas ordinárias, sem valor nominal e totalmente integralizadas, conforme demonstrado abaixo:

Acionista	Ações ordinárias	% Capital total
BMPI Infra S.A.	3.000.150	66,67%
Construtora Remo LTDA	1.499.850	33,33%
Valor do capital social integralizado	4.500.000	100%

b) Reserva legal

Constituída ao percentual de 5% sobre o lucro líquido do exercício, até atingir o montante de 20% do capital social, de acordo com a Lei das Sociedades por Ações. Em 2025, a Companhia constituiu reserva legal no valor de R\$156 (R\$98 em 2024).

c) Distribuição de lucros

A distribuição de lucros obedecerá às destinações de seu estatuto social, o qual contém as destinações: i) 5% para reserva legal, limitado a 20% do capital social; e ii) 25% a título de dividendos mínimos obrigatórios.

No ano de 2025, a Companhia propôs R\$740 a título de dividendos mínimos obrigatórios e pagou dividendos adicionais de R\$3.090 a partir do saldo da reserva de lucros retidos, conforme consta na demonstração do patrimônio líquido. A movimentação dos dividendos a pagar da Companhia durante o exercício é como segue:

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	3.116	1.957
Constituição de reserva legal (5%)	(156)	(98)
Total a distribuir (lucro líquido ajustado)	2.960	1.859
Dividendos mínimos obrigatórios (25%) a distribuir	740	465
Dividendos mínimo obrigatório exercício anterior	465	-
Dividendos adicionais propostos	3.090	-
Dividendos distribuídos durante o exercício	(3.700)	-
Dividendos mínimo obrigatório a distribuir (passivo)	595	465



Ibirité Iluminação Pública S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

14. Receita operacional líquida

A receita operacional da Companhia é composta por receitas de serviços de operação e manutenção, receita com construção do ativo financeiro da concessão e receita de bônus da conta de energia, as quais demonstramos a seguir:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Receita de serviços prestados de operação e manutenção	4.793	4.575
Receita de construção do ativo financeiro da concessão	512	435
Receita de bônus da conta de energia (i)	270	230
Receita bruta	5.575	5.240
Impostos sobre vendas		
(-) COFINS	(167)	(158)
(-) PIS	(35)	(34)
(-) ISS	(112)	(105)
Receita operacional líquida	5.261	4.943

Em 2025 e 2024, os serviços prestados são tributados às alíquotas de 0,65% para PIS, 3% para COFINS e 2% para ISS.

- (i) O Contrato de Concessão 007/2019 prevê um Bônus sobre Conta de Energia (BCE), que a concessionária terá direito se atendidos os requisitos previstos no contrato. Em 2025, a Companhia atendeu aos requisitos previsto no contrato e assim, o BCE foi devidamente faturado e recebido durante o exercício.

15. Natureza dos custos e despesas administrativas

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Mão de obra e encargos	(465)	(417)
Materiais	(85)	(33)
Serviços tomados	(596)	(1.461)
Equipamentos (manutenção e locação)	(337)	(260)
Depreciação e amortização	(90)	(91)
Seguros	(35)	(56)
Outros	(48)	(50)
Total	(1.656)	(2.368)
Classificadas como:		
Custo dos serviços prestados	(1.176)	(1.964)
Despesas gerais e administrativas	(480)	(404)
Total	(1.656)	(2.368)



Ibirité Iluminação Pública S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

16. Resultado financeiro, líquido

	31/12/2025	31/12/2024
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicação financeira	138	71
Total	138	71
Despesas financeiras		
Tarifas bancárias	(5)	(4)
Juros sobre empréstimos	-	(107)
Juros sobre arrendamentos	(18)	(11)
Outros	(5)	(14)
Total	(28)	(136)
Resultado financeiro, líquido	110	(65)

17. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social são registrados nas demonstrações financeiras com base nas alíquotas vigentes, observando os critérios estabelecidos pela legislação fiscal.

A seguir demonstramos a reconciliação dos montantes de imposto de renda e contribuição social, apurados em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

	31/12/2025	31/12/2024
Receita base de presunção	5.575	5.240
Alíquota de presunção - Contrato de concessão de serviços públicos	32%	32%
Lucro presumido	(1.784)	(1.677)
Base de cálculo do imposto de renda e contribuição social	1.784	1.677
Alíquota IR/CS nominal %	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(607)	(570)
Outras adições (exclusões) permanentes	(22)	3
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(629)	(567)
Alíquota IR/CS efetiva %	35,26%	33,81%

a) Imposto de renda e contribuição social a pagar

As obrigações tributárias citadas de curto e longo prazo são decorrentes de diferimento do recolhimento, que ocorreram no recebimento das receitas, conforme previsão legal.



Ibirité Iluminação Pública S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

18. Gestão de riscos e instrumentos financeiros

A Companhia contrata operações envolvendo instrumentos financeiros, quando aplicável, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades operacionais e financeiras.

A gestão desses instrumentos financeiros é realizada por meio de políticas, definição de estratégias e estabelecimento de sistemas de controle, sendo monitorada pela Administração da Companhia.

a) Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função de diferença dos prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia são monitorados diariamente pela área financeira, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria da Companhia, sendo as políticas obrigatoriamente aprovadas pelo Conselho de Administração. A tesouraria identifica, avalia e contrata instrumentos financeiros com o intuito de proteger a Companhia contra eventuais riscos financeiros, principalmente decorrentes de taxas de juros e câmbio.

b) Risco de crédito

O risco de crédito é reduzido em virtude da vinculação da arrecadação da Contribuição para Custeio da Iluminação Pública - CCIP para os pagamentos das contraprestações mensais realizadas pelo poder concedente. A Companhia está sujeita aos riscos de crédito relacionados aos instrumentos financeiros contratados na gestão de seus negócios. Consideram baixo o risco de não liquidação das operações que mantém em instituições financeiras com as quais operam, que são consideradas pelo mercado como de primeira linha.

De acordo com a política de aplicações financeiras estabelecida, a Administração da Companhia elege as instituições financeiras com as quais os contratos podem ser celebrados, segundo avaliação do *rating* de crédito da contraparte em questão, percentual máximo de exposição por instituição de acordo com o *rating* e percentual máximo do patrimônio líquido do banco.



Ibirité Iluminação Pública S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

18. Gestão de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

c) Risco de mercado

A Companhia está exposta a riscos de mercado decorrentes das atividades de seus negócios. Esses riscos de mercado envolvem principalmente a possibilidade de mudanças nas taxas de juros.

i) *Risco de taxa de juros*

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras. A Administração da Companhia tem como política manter os indexadores de suas exposições às taxas de juros ativas e passivas atrelados a taxas pós-fixadas. As aplicações financeiras são corrigidas pelo CDI pós-fixado, conforme contratos firmados com as instituições financeiras.

d) Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

e) Análise de sensibilidade

A Companhia está exposta a riscos normais de mercado em decorrência de mudanças nas taxas de juros e índices de correção monetária, sendo os principais instrumentos financeiros atrelados a tais índices demonstrados abaixo:

<u>Indexador</u>	<u>Ativos financeiros</u>	<u>Passivos financeiros</u>
CDI	Aplicações financeiras	-

A Companhia realizou análise de sensibilidade para os instrumentos financeiros expostos à variação de taxas de juros e indicadores financeiros. A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação dos indexadores dos ativos e passivos financeiros, levando em consideração a exposição líquida desses instrumentos financeiros mantidos em 31 de dezembro de 2025, como se os referidos saldos estivessem em aberto durante todo o exercício de 2026, conforme detalhado abaixo:



Ibirité Iluminação Pública S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

18. Gestão de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

e) Análise de sensibilidade--Continuação

Ativo financeiro exposto líquido e passivo financeiro exposto líquido: considerou-se a variação entre a taxa estimada para o ano de 2026 ("cenário provável") e a taxa efetiva verificada no ano de 2025, multiplicada pelo saldo exposto líquido em 31 de dezembro de 2025 para calcular o efeito financeiro, caso o cenário provável se materializasse no ano de 2026. Para as estimativas dos efeitos, considerou-se um aumento na taxa estimada para 2026 em 25% no cenário I e 50% no cenário II.

Indicadores	Ativo	Passivo	Taxa efetiva em 31/12/2025	Taxa em cenário de stress	Variação entre taxas	Efeito
Cenário provável						
CDI	589	-	14,90%	12,25%	(2,65%)	(16)
Cenário I						
CDI	589	-	14,90%	11,18%	(3,73%)	(22)
Cenário II						
CDI	589	-	14,90%	7,45%	(7,45%)	(44)

f) Risco de liquidez

A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado. A Administração monitora o nível de liquidez da Companhia, considerando o fluxo de caixa esperado e em contrapartida às linhas de crédito não utilizadas, caixa e equivalentes de caixa.

A Administração monitora o nível de liquidez da Companhia, considerando o fluxo de caixa esperado e em contrapartida às linhas de crédito não utilizadas, caixa e equivalentes de caixa.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

Em 31 de dezembro de 2025	Valor contábil	Em até 1 ano	De 1 a 2 anos
Fornecedores	133	133	-
Passivo de arrendamento	103	69	34

A Administração da Companhia não considera relevante sua exposição aos riscos acima e, portanto, não apresenta o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade.



Ibirité Iluminação Pública S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

18. Gestão de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

g) Mensuração do valor justo

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros não divergem significativamente dos valores contábeis deles, na extensão em que foram pactuados e encontram-se registrados por taxas e condições praticadas no mercado para operações de natureza, risco e prazo similares.

19. Cobertura de seguros

A Companhia adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados por montantes considerados suficientes pela Administração, levando-se em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros.

Riscos	Vencimento das apólices	Importância segurada
Responsabilidade civil geral	Set/2026	3.000
Predial e instalações	Nov/2026	2.500

20. Provisão para demandas judiciais

A Companhia não é parte em ações judiciais (natureza tributária, trabalhista e cível), processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações.

Assinado por:

Marcelo Martins Menegatto

FB4452EDF9E2419...

Marcelo Martins Menegatto
Diretor Presidente

Assinado por:

Pedro Henrique Santos Silva

9990696599D94B0...

Pedro Henrique Santos Silva
Diretor Administrativo-financeiro

Assinado por:

Farlon Rabelo de Melo

FFF68AB0231A4B1...

Farlon Rabelo de Melo
Diretor de Operações

DocuSigned by:

Farley Vasconcelos Botelho

F424D401824844B...

Farley Vasconcelos Botelho
Contador - CRC/MG-084.315/O-8

Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: CADA2D3-1620-4390-B557-9822B5C65F7E
 Assunto: Complete com a Docusign: DF - Ibitiré Iluminação Pública 2025.pdf
 Envelope fonte:
 Documentar páginas: 49
 Assinar páginas: 6
 Assinatura guiada: Ativado
 Selo com Envelopeld (ID do envelope): Ativado
 Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília

Status: Concluído

Remetente do envelope:
 Matheus da Silva Xavier
 Rua Paraiba, nº 1124
 Belo Horizonte/MG, MG 30130-145
 matheus.xavier@cbmsa.com.br
 Endereço IP: 187.111.20.242

Rastreamento de registros

Status: Original
 11 de março de 2026 | 09:02

Portador: Matheus da Silva Xavier
 matheus.xavier@cbmsa.com.br

Local: DocuSign

Eventos do signatário

Farley Vasconcelos Botelho
 farley.botelho@cbmsa.com.br
 Contador - CRCMG 084.315/O-8
 Construtora Barbosa Mello S/A
 Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)

Assinatura

DocuSigned by:

 F121D101834344B...
 Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado
 Usando endereço IP: 187.111.20.242

Registro de hora e data

Enviado: 11 de março de 2026 | 09:23
 Visualizado: 11 de março de 2026 | 10:01
 Assinado: 11 de março de 2026 | 10:04

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Aceito: 08 de abril de 2020 | 18:36
 ID: 55a38b97-bcda-4869-a222-cd3bb8c98455

Farlon Rabelo de Melo
 farlon.melo@bhip.com.br
 Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)

Assinado por:

 FFF5B9231A4B1...
 Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado
 Usando endereço IP: 186.249.230.203

Enviado: 11 de março de 2026 | 10:04
 Visualizado: 11 de março de 2026 | 10:06
 Assinado: 11 de março de 2026 | 14:33

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Aceito: 11 de março de 2026 | 10:06
 ID: 2f8a97bd-aa8d-489b-b948-4f37345a1b51

Marcelo Martins Menegatto
 marcelo.menegatto@bhip.com.br
 Diretor Presidente
 BH Iluminação Pública SA
 Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)

Assinado por:

 FB4452EDF9E2419...
 Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado
 Usando endereço IP: 186.249.230.203

Enviado: 11 de março de 2026 | 10:04
 Visualizado: 11 de março de 2026 | 10:11
 Assinado: 11 de março de 2026 | 14:25

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Aceito: 11 de março de 2026 | 10:11
 ID: 26e4212b-8517-4b5a-a78f-93a5de928d00

Pedro Henrique Santos Silva
 pedro.silva@bhip.com.br
 Diretor Financeiro
 Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)

Assinado por:

 89B9595530D04B0...
 Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado
 Usando endereço IP: 177.212.28.253

Enviado: 11 de março de 2026 | 10:04
 Reenviado: 11 de março de 2026 | 18:40
 Visualizado: 12 de março de 2026 | 00:27
 Assinado: 12 de março de 2026 | 00:28

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Aceito: 12 de março de 2026 | 00:27
 ID: 62941083-9275-41be-b1c2-dc147c06ef3f

Eventos do signatário presencial	Assinatura	Registro de hora e data
Eventos de entrega do editor	Status	Registro de hora e data
Evento de entrega do agente	Status	Registro de hora e data
Eventos de entrega intermediários	Status	Registro de hora e data
Eventos de entrega certificados	Status	Registro de hora e data
Eventos de cópia	Status	Registro de hora e data
Diego Jardim Aguiar daguiar@cbmsa.com.br Construtora Barbosa Mello S/A Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)	Copiado	Enviado: 11 de março de 2026 09:23 Visualizado: 11 de março de 2026 10:30
Termos de Assinatura e Registro Eletrônico: Não oferecido através da DocuSign		
Eventos com testemunhas	Assinatura	Registro de hora e data
Eventos do tabelião	Assinatura	Registro de hora e data
Eventos de resumo do envelope	Status	Carimbo de data/hora
Envelope enviado	Com hash/criptografado	11 de março de 2026 09:23
Entrega certificada	Segurança verificada	12 de março de 2026 00:27
Assinatura concluída	Segurança verificada	12 de março de 2026 00:28
Concluído	Segurança verificada	12 de março de 2026 00:28
Eventos de pagamento	Status	Carimbo de data/hora
Termos de Assinatura e Registro Eletrônico		

CONSENTIMENTO PARA RECEBIMENTO ELETRÔNICO DE REGISTROS ELETRÔNICOS E DIVULGAÇÕES DE ASSINATURA

Registro Eletrônicos e Divulgação de Assinatura

Periodicamente, a Construtora Barbosa Mello S/A poderá estar legalmente obrigada a fornecer a você determinados avisos ou divulgações por escrito. Estão descritos abaixo os termos e condições para fornecer-lhe tais avisos e divulgações eletronicamente através do sistema de assinatura eletrônica da DocuSign, Inc. (DocuSign). Por favor, leia cuidadosa e minuciosamente as informações abaixo, e se você puder acessar essas informações eletronicamente de forma satisfatória e concordar com estes termos e condições, por favor, confirme seu aceite clicando sobre o botão “Eu concordo” na parte inferior deste documento.

Obtenção de cópias impressas

A qualquer momento, você poderá solicitar de nós uma cópia impressa de qualquer registro fornecido ou disponibilizado eletronicamente por nós a você. Você poderá baixar e imprimir os documentos que lhe enviamos por meio do sistema DocuSign durante e imediatamente após a sessão de assinatura, e se você optar por criar uma conta de usuário DocuSign, você poderá acessá-los por um período de tempo limitado (geralmente 30 dias) após a data do primeiro envio a você. Após esse período, se desejar que enviemos cópias impressas de quaisquer desses documentos do nosso escritório para você, cobraremos de você uma taxa de R\$ 0.00 por página. Você pode solicitar a entrega de tais cópias impressas por nós seguindo o procedimento descrito abaixo.

Revogação de seu consentimento

Se você decidir receber de nós avisos e divulgações eletronicamente, você poderá, a qualquer momento, mudar de ideia e nos informar, posteriormente, que você deseja receber avisos e divulgações apenas em formato impresso. A forma pela qual você deve nos informar da sua decisão de receber futuros avisos e divulgações em formato impresso e revogar seu consentimento para receber avisos e divulgações está descrita abaixo.

Consequências da revogação de consentimento

Se você optar por receber os avisos e divulgações requeridos apenas em formato impresso, isto retardará a velocidade na qual conseguimos completar certos passos em transações que te envolvam e a entrega de serviços a você, pois precisaremos, primeiro, enviar os avisos e divulgações requeridos em formato impresso, e então esperar até recebermos de volta a confirmação de que você recebeu tais avisos e divulgações impressos. Para indicar a nós que você mudou de ideia, você deverá revogar o seu consentimento através do preenchimento do formulário “Revogação de Consentimento” da DocuSign na página de assinatura de um envelope DocuSign, ao invés de assiná-lo. Isto indicará que você revogou seu consentimento para receber avisos e divulgações eletronicamente e você não poderá mais usar o sistema DocuSign para receber de nós, eletronicamente, as notificações e consentimentos necessários ou para assinar eletronicamente documentos enviados por nós.

Todos os avisos e divulgações serão enviados a você eletronicamente

A menos que você nos informe o contrário, de acordo com os procedimentos aqui descritos, forneceremos eletronicamente a você, através da sua conta de usuário da DocuSign, todos os avisos, divulgações, autorizações, confirmações e outros documentos necessários que devam ser fornecidos ou disponibilizados a você durante o nosso relacionamento. Para mitigar o risco de você inadvertidamente deixar de receber qualquer aviso ou divulgação, nós preferimos fornecer todos os avisos e divulgações pelo mesmo método e para o mesmo endereço que você nos forneceu. Assim, você poderá receber todas as divulgações e avisos eletronicamente ou em formato impresso, através do correio. Se você não concorda com este processo, informe-nos conforme descrito abaixo. Por favor, veja também o parágrafo imediatamente acima, que descreve as consequências da sua escolha de não receber de nós os avisos e divulgações eletronicamente.

Como contatar a Construtora Barbosa Mello S/A:

Você pode nos contatar para informar sobre suas mudanças de como podemos contatá-lo eletronicamente, solicitar cópias impressas de determinadas informações e revogar seu consentimento prévio para receber avisos e divulgações em formato eletrônico, conforme abaixo:

To contact us by email send messages to: rnepomuceno@cbmsa.com.br

Para nos contatar por e-mail, envie mensagens para: Construtora Barbosa Mello S/A

Para informar seu novo endereço de e-mail a Construtora Barbosa Mello S/A:

Para nos informar sobre uma mudança em seu endereço de e-mail, para o qual nós devemos enviar eletronicamente avisos e divulgações, você deverá nos enviar uma mensagem por e-mail para o endereço rnepomuceno@cbmsa.com.br e informar, no corpo da mensagem: seu endereço de e-mail anterior, seu novo endereço de e-mail. Nós não solicitamos quaisquer outras informações para mudar seu endereço de e-mail. We do not require any other information from you to change your email address.

Adicionalmente, você deverá notificar a DocuSign, Inc para providenciar que o seu novo endereço de e-mail seja refletido em sua conta DocuSign, seguindo o processo para mudança de e-mail no sistema DocuSign.

Para solicitar cópias impressas a Construtora Barbosa Mello S/A:

Para solicitar a entrega de cópias impressas de avisos e divulgações previamente fornecidos por nós eletronicamente, você deverá enviar uma mensagem de e-mail para rnepomuceno@cbmsa.com.br e informar, no corpo da mensagem: seu endereço de e-mail, nome completo, endereço postal no Brasil e número de telefone. Nós cobraremos de você o valor referente às cópias neste momento, se for o caso.

Para revogar o seu consentimento perante a Construtora Barbosa Mello S/A:

Para nos informar que não deseja mais receber futuros avisos e divulgações em formato eletrônico, você poderá:

(i) recusar-se a assinar um documento da sua sessão DocuSign, e na página seguinte, assinalar o item indicando a sua intenção de revogar seu consentimento; ou

(ii) enviar uma mensagem de e-mail para rnepomuceno@cbmsa.com.br e informar, no corpo da mensagem, seu endereço de e-mail, nome completo, endereço postal no Brasil e número de telefone. Nós não precisamos de quaisquer outras informações de você para revogar seu consentimento. Como consequência da revogação de seu consentimento para documentos online, as transações levarão um tempo maior para serem processadas. We do not need any other information from you to withdraw consent. The consequences of your withdrawing consent for online documents will be that transactions may take a longer time to process.

Hardware e software necessários:**

(i) Sistemas Operacionais: Windows® 2000, Windows® XP, Windows Vista®; Mac OS®

(ii) Navegadores: Versões finais do Internet Explorer® 6.0 ou superior (Windows apenas); Mozilla Firefox 2.0 ou superior (Windows e Mac); Safari™ 3.0 ou superior (Mac apenas)

(iii) Leitores de PDF: Acrobat® ou software similar pode ser exigido para visualizar e imprimir arquivos em PDF.

(iv) Resolução de Tela: Mínimo 800 x 600

(v) Ajustes de Segurança habilitados: Permitir cookies por sessão

** Estes requisitos mínimos estão sujeitos a alterações. No caso de alteração, será solicitado que você aceite novamente a divulgação. Versões experimentais (por ex.: beta) de sistemas operacionais e navegadores não são suportadas.

Confirmação de seu acesso e consentimento para recebimento de materiais eletronicamente:

Para confirmar que você pode acessar essa informação eletronicamente, a qual será similar a outros avisos e divulgações eletrônicos que enviaremos futuramente a você, por favor, verifique se foi possível ler esta divulgação eletrônica e que também foi possível imprimir ou salvar eletronicamente esta página para futura referência e acesso; ou que foi possível enviar a presente divulgação e consentimento, via e-mail, para um endereço através do qual seja possível que você o imprima ou salve para futura referência e acesso. Além disso, caso concorde em receber avisos e divulgações exclusivamente em formato eletrônico nos termos e condições descritos acima, por favor, informe-nos clicando sobre o botão “Eu concordo” abaixo.

Ao selecionar o campo “Eu concordo”, eu confirmo que:

(i) Eu posso acessar e ler este documento eletrônico, denominado CONSENTIMENTO PARA RECEBIMENTO ELETRÔNICO DE REGISTRO ELETRÔNICO E DIVULGAÇÃO DE ASSINATURA; e

(ii) Eu posso imprimir ou salvar ou enviar por e-mail esta divulgação para onde posso imprimi-la para futura referência e acesso; e (iii) Até ou a menos que eu notifique a Construtora Barbosa Mello S/A conforme descrito acima, eu consinto em receber exclusivamente em formato eletrônico, todos os avisos, divulgações, autorizações, aceites e outros documentos que devam ser fornecidos ou disponibilizados para mim por Construtora Barbosa Mello S/A durante o curso do meu relacionamento com você.